

O PROTESTANTISMO E A ESQUERDA NO BRASIL. O CASO DO SEMINÁRIO TEOLÓGICO DE SÃO PAULO (1963 – 1972).

GINI, Sérgio (PPH/UEM)

Esta comunicação faz parte de uma pesquisa que reflete sobre parte da história da esquerda no Brasil e seu relacionamento com o protestantismo local. O objeto escolhido foi o Seminário Teológico da Igreja Presbiteriana Independente, localizado em São Paulo. No período que antecedeu o golpe militar de 1964 e até 1972, o Seminário passou por crises internas identificadas pelos seus líderes como de influências “marxistas” e da esquerda brasileira. Tais crises marcaram profundamente a história dessa denominação evangélica, influenciando a nova geração de seus pastores e líderes eclesiásticos pós-abertura política. Utilizamos como fonte o *Caderno de O Estandarte* editado especialmente para comemorar o Centenário da Educação Teológica na Igreja Presbiteriana Independente do Brasil – IPIB, no mês de novembro de 2005. Esta publicação foi encartada e distribuída gratuitamente para os assinantes do jornal *O Estandarte*, órgão oficial da IPIB¹. Com 115 páginas, o *Caderno de O Estandarte* faz uma retrospectiva histórica, com artigos assinados por diversos líderes eclesiásticos, dos 100 anos do Seminário Teológico de São Paulo. É com base neles que propomos essa comunicação, iniciando com uma breve explanação sobre a origem do protestantismo no Brasil, a criação da Igreja Presbiteriana e a divisão feita pelos “nacionalistas” que fez surgir a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

I – O Protestantismo no Brasil

A implantação do protestantismo no Brasil é dividida em duas partes distintas, segundo o historiador presbiteriano Alderi Souza de Matos (2005). A primeira se dá em duas tentativas, ambas no período colonial. A tentativa inicial ocorre no final de 1555, quando chega ao Rio de Janeiro uma expedição francesa comandada pelo vice-almirante Nicolas Durand de Villegaignon, para fundar a “França Antártica”. Esse empreendimento teve o apoio do almirante huguenote² Gaspard de Coligny. Em 1557,

¹ *O Estandarte* é um jornal mensal, publicado há 114 anos, tendo sido fundado em 7 de janeiro de 1893, sendo o legítimo sucessor da Imprensa Evangélica, fundado no Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1864, pelo Reverendo Ashbel Simonton, o primeiro missionário presbiteriano no Brasil. É, portanto, um dos mais antigos jornais em circulação do país (N.A)

² A origem da palavra “huguenote” não é clara. Há quem diga que deriva de Besançon Hugues, líder da revolta em Genebra, Suíça. O biógrafo do líder protestante João Calvino, Bernard Cottret, afirma que “huguenote” vem de “confederados” (em francês “Eidguenot”). Na Genebra do século XVI havia uma rivalidade interna entre os “mamelucos”, que eram conservadores e se orientavam favoravelmente à

João Calvino e a igreja de Genebra enviaram um grupo de crentes reformados, sob a liderança dos pastores Pierre Richier e Guillaume Chartier, ao Brasil para cuidar espiritualmente da comunidade francesa. Em 1567 os franceses foram expulsos do Rio de Janeiro e com eles a tentativa de estabelecer uma igreja protestante e um trabalho missionário na América Latina. A segunda tentativa ocorre em 1630 quando os holandeses, impulsionados pela Companhia das Índias Ocidentais, conquistam Recife e Olinda e depois boa parte do Nordeste. Os holandeses também eram calvinistas e haviam conquistado sua independência após uma árdua luta contra a Espanha, em 1568. Como em 1630 a Espanha controlava Portugal, se justificou a conquista de territórios da colônia portuguesa, o Brasil. Sob os holandeses, a Igreja Reformada era oficial. Foram criadas vinte e duas igrejas locais e congregações, dois presbitérios (Pernambuco e Paraíba) e até mesmo um sínodo, o Sínodo do Brasil (1642-1646). Mais de cinquenta pastores ou "predicantes" serviram essas comunidades. Em 1654, os holandeses foram expulsos, transferindo-se para o Caribe (MATOS, 2005).

Após a expulsão dos holandeses, o Brasil fechou as suas portas aos protestantes por mais de 150 anos. Foi só no início do século XIX, com a vinda da família real portuguesa, que essa situação começou a se alterar. Em 1810, Portugal e Inglaterra firmaram um Tratado de Comércio e Navegação, cujo artigo XII concedeu tolerância religiosa aos imigrantes protestantes. Logo, muitos começaram a chegar, entre eles um bom número de reformados. Depois da independência, a Constituição Imperial (1824) reafirmou esses direitos, com algumas restrições. Em 1827 foi fundada no Rio de Janeiro a Comunidade Protestante Alemã-Francesa, que veio a congregar, ao lado de luteranos, reformados alemães, franceses e suíços. Foi somente 30 anos depois que foi fundada a primeira igreja brasileira. A Igreja Evangélica Fluminense foi fundada pelo Rev. Robert Reid Kalley e sua esposa Sarah P. Kalley, em 1858. No ano seguinte, chegou ao Rio de Janeiro, vindo dos Estados Unidos, o fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil, o Rev. Ashbel Simonton (MATOS, 2005).

A Igreja Presbiteriana

Simonton tinha apenas 26 anos quando chegou ao Brasil, em 12 de agosto de 1859, tendo sido ordenado dois meses antes pelo Seminário de Princeton (EUA). De acordo com Matos, em abril de 1860, dirigiu o seu primeiro culto em português; em janeiro de 1862, recebeu os primeiros membros, sendo fundada a Igreja Presbiteriana

Savoia e os "confederados" ou Eidguenotes que eram mais progressivos e enveredaram pelo protestantismo (N.A).

do Rio de Janeiro. No breve período em que viveu no Brasil, Simonton, auxiliado por alguns colegas, fundou o primeiro jornal evangélico do país (*Imprensa Evangélica*, 1864), criou o primeiro presbitério (1865) e organizou um seminário (1867). O Rev. Simonton morreu vitimado pela febre amarela aos 34 anos, em 1867 - sua esposa, Helen Murdoch, havia falecido três anos antes - (MATOS, 2005). Os principais colaboradores de Simonton nesse período foram: seu cunhado Alexander L. Blackford, que em 1865 organizou as igrejas de São Paulo e Brotas; Francis J. C. Schneider, que trabalhou entre os imigrantes alemães em Rio Claro, lecionou no seminário do Rio e foi missionário na Bahia; George W. Chamberlain, evangelista e pastor da Igreja de São Paulo. Os quatro únicos estudantes do "seminário primitivo" foram também pastores presbiterianos depois: Antonio B. Trajano, Miguel G. Torres, Modesto P. B. Carvalhosa e Antonio Pedro de Cerqueira Leite. Outras poucas igrejas organizadas no primeiro decênio foram as de Lorena, Borda da Mata (Pouso Alegre) e Sorocaba. De acordo com Matos o homem que mais contribuiu para a criação dessas e outras igrejas foi o "notável" Rev. José Manoel da Conceição (1822-1873), um ex-padre que se tornou o primeiro brasileiro a ser ordenado pastor evangélico (1865). Conceição visitou dezenas de vilas e cidades no interior de São Paulo, Vale do Paraíba e sul de Minas, pregando o evangelho e implantando a Igreja Presbiteriana.

Até 1888 a igreja Presbiteriana do Brasil era dirigida, ou supervisionada, pelas igrejas-mães dos Estados Unidos: a Igreja Presbiteriana do Norte e a Igreja Presbiteriana do Sul. A partir desse ano, segundo Matos a Igreja Presbiteriana do Brasil tornou-se administrativamente autônoma e passou a se expandir vertiginosamente. Surgiram diversas igrejas, foi criado o Seminário Presbiteriano, que se instalou em Nova Friburgo e depois se mudou para São Paulo; foi criado o Colégio Mackenzie, ou Colégio Protestante, em São Paulo, em 1891. Foi dado um amplo apoio aos pastores nacionais e as duas maiores igrejas, a de São Paulo e a do Rio de Janeiro, passaram a ser de responsabilidade de ministros evangélicos brasileiros; em São Paulo estava o Rev. Eduardo Carlos Pereira e no Rio de Janeiro, o Rev. Álvaro Emidio G. dos Reis (MATOS, 2005).

A Igreja Presbiteriana Independente

Embora autônoma a Igreja Presbiteriana do Brasil ainda dependia de muitas decisões das igrejas dos Estados Unidos, principalmente na questão da manutenção financeira das igrejas instaladas em solo brasileiro. Como a maioria das igrejas estava

instalada em áreas rurais, não havia recursos suficientes para manter o trabalho missionário e o de educação, como o Colégio Protestante em São Paulo e o Seminário. Nessa época, de acordo com Matos a Junta de Missões de Nova Iorque, responsável pela manutenção da igreja brasileira, tinha como propósito investir na educação religiosa, destinando grande soma de recursos para o Colégio Protestante, por exemplo. Já os pastores brasileiros queriam investir tais recursos na obra missionária, abrindo mais igrejas e preparando melhor os pastores nacionais. A propósito desse embate, é da Igreja Presbiteriana Independente a seguinte informação:

Já no final do século XIX, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos estava dividida em duas partes, por causa da questão da libertação dos escravos e conseqüente Guerra da Secessão. Isso significava que o Brasil era alvo do trabalho de duas Igrejas Presbiterianas do mesmo país. Vários missionários que trabalhavam aqui eram filiados ao "Board" de Nova Iorque (Igreja do Norte dos EUA) e outros eram filiados ao "Committee" de Nashville (Igreja do Sul dos EUA). Nem sempre havia acordo pleno entre esses dois grupos de missionários. Com o correr do tempo foi se formando um corpo de pastores brasileiros. E a complicação do Presbiterianismo brasileiro aumentou. Nem sempre os pastores nacionais estavam de acordo com a forma de trabalho dos missionários estrangeiros. Conseqüentemente, três forças distintas estavam presentes dentro do Presbiterianismo no Brasil: os missionários do Norte dos Estados Unidos; os missionários do Sul dos Estados Unidos, e os pastores brasileiros. A respeito de muitas questões, esses grupos tinham opiniões diferentes. Talvez a mais importante delas tenha sido a questão da evangelização indireta. O fato é que vultosos recursos financeiros eram empregados em instituições de ensino criadas pelos missionários. Alegava-se que, através de tais instituições, o evangelho estaria influenciando a sociedade brasileira. Alguns líderes do Presbiterianismo brasileiro, porém, achavam que esses recursos seriam mais úteis se fossem empregados na evangelização direta. E é aqui que destacamos a figura do Rev. Eduardo Carlos Pereira. (IPIB, 2005)

Eduardo Carlos Pereira, pastor da Igreja Presbiteriana de São Paulo, convenceu outros colegas sobre a necessidade de um plano nacionalista para a igreja. Ter total liberdade na aplicação dos recursos financeiros e não mais seguir as determinações dos missionários e pastores norte-americanos, bem como preparar adequadamente os novos pastores brasileiros, uma vez que o Seminário Presbiteriano ainda não era uma realidade exatamente pelo fato dos missionários da Igreja do Norte lutarem por São Paulo, onde já tinham uma escola e os da Igreja do Sul lutarem por Campinas, onde possuíam um colégio. Veio somar a essa questão um problema doutrinário que assolou a igreja brasileira: a questão maçônica. O site oficial da IPIB assim se refere a ele:

O Rev. Eduardo Carlos Pereira e sua igreja envolveram-se diretamente na questão. Afligia-os o fato de não existir uma preparação adequada para os pastores da Igreja. Foi em meio a essa situação que, a partir de 1898, surgiu mais um problema: a questão maçônica. A origem da questão maçônica se deu através dos artigos de Nicolau Soares do Couto Esher, publicados em "O ESTANDARTE", procurando demonstrar a incompatibilidade entre a maçonaria e a fé cristã. O assunto era polêmico. Vários pastores e missionários pertenciam à maçonaria. (IPIB, 2005)

A chamada “questão maçônica” foi a gota d’água no relacionamento entre os pastores do grupo do Rev. Eduardo e os demais que seguiam a orientação norte-americana. No dia 31 de julho de 1903, durante uma reunião do Sínodo Presbiteriano em São Paulo, o Rev. Eduardo Carlos Pereira e mais seis pastores, acompanhados de 11 presbíteros³, deixaram a Igreja Presbiteriana para fundarem a Igreja Presbiteriana Independente. No dia seguinte, mais quatro presbíteros se juntaram ao grupo. Segundo Matos, a IPIB nasceu “como uma denominação totalmente nacional, sem vinculação com igrejas estrangeiras. Resultou do projeto nacionalista do Rev. Eduardo Carlos Pereira (1856-1923), que entrou em conflito com o Sínodo da IPB em torno das questões missionária, educacional e maçônica” (MATOS, 2005). Cento e três anos depois desse episódio, a IPIB congrega hoje mais de 60 mil membros, alocados em igrejas em todos os Estados brasileiros. Para a formação dos seus pastores possui três seminários: o de São Paulo, um em Londrina, no Paraná, e outro em Fortaleza, no Ceará.

O Seminário Teológico de São Paulo

Desde a fundação da primeira igreja presbiteriana no Rio de Janeiro, em 1862, a questão do seminário para a preparação de pastores nacionais esteve presente entre os missionários norte-americanos. O Rev. Simonton fundou o primeiro seminário presbiteriano já em 1867 no Rio de Janeiro. Essa escola formou os primeiros pastores brasileiros. Esse seminário, segundo Leonildo Silveira Campos (2005), funcionou posteriormente com o que fora chamado de “classes avulsas”. Em 1892 a Igreja Presbiteriana deu início a um novo Seminário em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. No ano seguinte, 1893, os pastores nacionais, entre eles Eduardo Carlos Pereira e Álvaro Reis, fundaram o Instituto Teológico de São Paulo. Naquele momento então, segundo Campos, havia um seminário oficial em Nova Friburgo e um paralelo em São Paulo, os dois da mesma denominação. Entretanto, com a criação da nova igreja em 1903 os imóveis permaneceram com o grupo fiel à antiga denominação e o “grupo independente” se vira sem um seminário para o preparo de seus pastores. Mas o trabalho da nova igreja foi ágil no sentido de angariar recursos para inaugurar o seu próprio seminário. Campos informa sobre isso:

³ O termo “presbítero” designa os líderes eleitos para governar e conduzir a congregação (N.A).

Como consequência da cisão de 1903, o grupo independente ficou sem seminário, pois o prédio da Rua Maranhão permaneceu sob o controle do Sínodo, sendo posteriormente vendido e os valores aplicados na educação teológica em Campinas. Por isso, nos primeiros dois anos da independência, uma nova campanha iria mobilizar os independentes em prol da construção de um novo seminário, até que, em 21/4/1905, foi inaugurado, com muitas festas e discursos, o Instituto Teológico, dentro do Colégio Evangélico, que posteriormente se estabeleceram na Rua Visconde de Ouro Preto, próxima ao Mackenzie, uma travessa da Rua da Consolação. (CAMPOS, 2005, p. 10)

Por ocasião da inauguração do Seminário Teológico de São Paulo, há 100 anos, a “questão maçônica” ainda exaltava os ânimos. No discurso proferido por A.G. Silva Rodrigues e publicado em *O Estandarte* era patente o diferencial do novo seminário:

Se o Seminário Synodal [o da Rua Maranhão] prepara homens cuja missão é anunciar ao mundo que a luz da Maçonaria alumia tanto como a de Jesus, o nosso Instituto Teológico, embora humilde em seu começo, terá por tarefa preparar ministros de Jesus que anunciem a suficiência da luz que Ele trouxe ao mundo. (*in* CAMPOS, 2005, p. 11)

Quase 60 anos depois desse episódio, esse mesmo seminário enfrentou a crise da influência do pensamento de esquerda entre seus alunos. Esse mesmo ardor e defesa intransigente vieram novamente à tona, agora para afastar o fantasma do comunismo e defender a legalidade do regime militar.

II – O Protestantismo e suas relações com a política

Os protestantes constituem uns 15 % da população brasileira, caracterizados pelo crescimento acelerado e forte presença entre as camadas mais pobres e de menor escolaridade. As igrejas oriundas do exterior gozam de plena autonomia, mas o campo é cada vez mais tomado por denominações brasileiras (FREESTON, 1997, p. 331). Tal força social tem sido objeto constante de estudos e reflexões.

Segundo Campos (2002), o protestantismo de linha presbiteriana que chegou ao Brasil a partir de 1860 considerava ser a sua meta fazer prosélitos sem se envolver com questões políticas. “A sua mensagem provocava posturas escapistas e sectárias e as comunidades protestantes acreditavam ser possíveis a fuga e a negação da sociedade. Daí a demora dos protestantes em participar do jogo político-partidário no Brasil”, diz Campos. Os primeiros evangélicos eleitos para cargos representativos e executivos surgem apenas a partir da Constituinte de 1934, quando se elegeu o pastor metodista Guaracy Silveira, iniciando-se uma fase de maior participação de protestantes nos âmbitos municipal, estadual e federal. Os pentecostais demoraram ainda mais tempo, pois somente nos anos 60 elegeram um deputado federal, o pastor Levy Tavares, da Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo” (CAMPOS, 2002). Como

visto, sem uma participação político-partidária ativa não era de se esperar um engajamento em questões sociais e de ordem ideológica, como aconteceu, por exemplo, com a Juventude Católica. Entretanto, de acordo com Freston (1997), os primeiros estudos sociológicos, feitos nos anos 1940 e 1950, apoiaram a idéia do protestantismo como favorável à democracia. Para Willems (1967), o protestantismo ajudava a transição para uma sociedade democrática.

Os anos 1960 foram marcados por dois eventos de grande impacto no protestantismo brasileiro: o Concílio Vaticano II (1962-65), que assinalou a abertura da Igreja Católica para os protestantes ("irmãos separados") e revelou novas concepções sobre o culto, a missão da igreja e a relação com a sociedade. O ecumenismo tornou-se alvo de muitas controvérsias. O outro evento foi o golpe de 1964 e o regime militar. Na realidade, esse período foi marcado pelo surgimento de ditaduras militares e movimentos de esquerda em toda a América Latina. Nessa mesma época surgia também a Teologia da Libertação, que prontamente foi renegada pelas igrejas protestantes. Nessa fase, de acordo com Freston (1997), a sociologia do protestantismo é dominada por brasileiros de origem protestante, porém rompidos com suas igrejas. Escrevendo durante o regime militar, sua produção salientava a alienação protestante. "Era necessário excitar o 'potencial revolucionário' do povo e delimitar os grupos que dificultavam este projeto" (LEONARDOS, 1987, p. 15). Enquanto boa parte da Igreja católica, no Brasil, se transformou em defensora da democracia, as igrejas protestantes passaram a ser vistas como baluartes do regime. No título de uma obra do período, a associação já não era protestantismo e democracia, mas *Protestantismo e Repressão* (ALVES, 1979). Freston (1997) informa que a única igreja protestante a contestar oficialmente a repressão no Brasil foi a Luterana:

Sua natureza multiclassista lhe deu a capacidade de sentir a realidade social e a condição de protestar contra ela. Outras Igrejas careciam de base popular que provocasse crise pastoral em parte do clero, ou eram de pobres sem condições de protestar sem ficarem expostas a todo o peso da repressão (FRESTON, 1997, p. 333).

Para Ranger (1995), a liderança católica foi devida à sua estrutura internacional, de maneira que uma igreja não democrática pôde ser mais eficaz num momento de crise moral e vazio político do que as igrejas mais democráticas que sofriam a "subversão local". Não obstante, destaca Ranger que a igreja luterana brasileira também precisou de um impulso internacional para que agisse. Além disso, "embora as jaulas de ferro eclesiásticas fossem necessárias para confrontar os regimes, as congregações descentralizadas serviam melhor para criar os valores necessários para a sustentação

da democracia” (RANGER, 1995, p. 20).

Embora Edgar Carone (1984) julgue o catolicismo brasileiro como sempre identificado com o reacionarismo, o próprio destaca o surgimento de um “fenômeno estranho, na nossa história” que foi, justamente, o nascimento da Ação Popular (CARONE, 1984, p. 16), uma das mais representativas organizações da “nova” esquerda brasileira e que desempenhou papel de grande importância no combate ao regime militar e ditatorial. A Ação Popular se originou da Juventude Universitária Católica - JUC, um braço leigo da igreja, criado pela Ação Católica Brasileira, em 1950. Segundo Reginaldo Dias (2003) “a JUC tinha, no início, um perfil conservador e clerical” que visava “cristianizar a futura elite do país”. Entretanto, “progressivamente, a JUC ultrapassou suas preocupações estritamente religiosas e doutrinárias”, passando a criticar a universidade e a cultura elitista que esta transmitia, “engajando-se nas lutas pela reforma universitária e pela mudança das estruturas na sociedade brasileira” (DIAS, 2003, p. 80). Uma das principais estratégias da JUC foi a participação ativa no movimento estudantil. É incontestável a influência do movimento estudantil católico e socialista nos milhares de jovens que cursavam suas faculdades naquele período. Influência ocorrida também em instituições de ensino mantidas por outras confissões religiosas, como veremos no caso específico do Seminário Teológico de São Paulo. Embora nascida no seio do catolicismo a Ação Popular se tornou um organismo não-confessional e atraiu para os seus quadros pessoas sem nenhuma convicção religiosa, a maioria de orientação marxista, e contou também, segundo Dias (2003), com “uma vertente protestante” representada pelo presbiteriano Paulo Wright, deputado catarinense que havia sido cassado e que no final da década de 1960 foi líder da Ação Popular⁴. Era inegável o fato de haver protestantes no movimento de esquerda no Brasil (cf. GORENDER, 1987), entretanto as igrejas não lidavam bem com isso, ou melhor repudiavam a idéia. O próprio Paulo Wright sofreu essa discriminação. Eleito presbítero pela Igreja Presbiteriana de Florianópolis, ao entrar no movimento de esquerda foi proibido de fazer oração na igreja e de lecionar a classe da Escola Bíblica Dominical, conforme depoimento de seu irmão, o Rev. Jaime Wright que foi um dos coordenadores, ao do lado do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, do movimento

⁴ Paulo Stuart Wright nasceu no interior de Santa Catarina, filho de pastor presbiteriano proveniente dos Estados Unidos, era casado, pai de dois filhos. Formado em Sociologia, esteve envolvido com a classe trabalhadora na organização de cooperativas de pesca no litoral catarinense e na formação de sindicatos. Deputado eleito em 1962, em Santa Catarina, foi cassado pelo AI-1 em maio de 1964. Na condição de clandestinidade desde a sua cassação, foi visto pela última vez em setembro de 1973 (N.A).

“Brasil, Nunca Mais”.

III – As crises do Seminário Teológico de São Paulo

O Seminário da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil já havia ultrapassado o seu cinqüentenário quando as tensões que desaguaram no golpe militar de 1964 provocaram uma intensa luta ideológica que sacudiu as instituições seculares e religiosas brasileiras nesse período. Segundo Campos “surgiu daí uma polarização, que atingiu tanto as camadas médias como o proletariado urbano e rural do país, afetando em particular a população mais jovem, que ansiava por mudanças concretas na sociedade brasileira” (CAMPOS, 2005, p. 17). Essa tensão, pontua Campos, também foi muito forte no interior da comunidade religiosa, gerando conflitos internos e formas de mobilização, provocando nos fiéis das várias denominações religiosas uma tomada de decisões quase sempre contra o comunismo, só esporadicamente a favor das chamadas “reforma de base”. Desde o início dos anos 1960 os alunos do Seminário Teológico publicavam artigos em *O Estandarte* manifestando tendências sociais e de contestação ao comodismo da igreja ante uma crise emergente. Esses artigos, segundo Campos, “geraram um conflito entre os estudantes e as autoridades da igreja”.

Escritos de seminaristas em *O Estandarte* (entre eles os de: Moysés Campos de Aguiar Neto, vítima de cassação disfarçada por parte do Presbitério Leste, em 1966; Gabriel Afonso Pita; Roberto Vicente Cruz Themudo Lessa; Humberto Carlos Parro; Eduardo Carlos Pereira e outros ex-alunos do Seminário) eram objetos de implacável crítica por parte de pastores da igreja, às vezes no próprio jornal (CAMPOS, 2005, p. 17).

A Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo via no Seminário “um foco de influência marxista” e aprovou em uma reunião no dia 18 de janeiro de 1964 uma moção anticomunista endereçada ao Seminário. Segundo Campos, os dizeres indicavam o nível da batalha ideológica que estava em andamento:

Considerando que o Comunismo, materialista e ateu, é uma força indiscutivelmente diabólica que se insinua nas sociedades humanas apresentando-se como salvação da humanidade, garantindo a promessa de nivelamento das classes sociais e os recursos econômicos eqüitativamente distribuídos aos povos (...) considerando, ainda, que a malfadada ideológica do materialismo histórico, ameaça alcançar, já agora, as próprias igrejas evangélicas e a nossa Faculdade de Teologia (...) Resolve: Hipotecar a essa Colenda Congregação [de professores do seminário] seu irrestrito apoio a todas as medias que forem tomadas com o fim altamente cristão, de imunizar a nossa Escola de Profetas contra a contaminação do veneno satânico da tremenda doutrina marxista (CAMPOS, 2005, p. 17)

Colocando mais “pressão” na fervura, *O Estandarte* publicou um editorial em 15 de março de 1964, às vésperas do golpe, sobre o “princípio da autoridade”, onde

condenava a contestação das autoridades legítimas da igreja. De acordo com Campos o editorial deixava claro que “na IPI do Brasil, a quebra da autoridade do Supremo Concílio e de seu representante legal, a Mesa Administrativa, não iria ser tolerada” (CAMPOS, 2005, p.17). O historiador observa que, mesmo após a implantação do regime militar, até 1972, quando aconteceu nova crise no Seminário, esses argumentos foram insistentemente repetidos nos documentos oficiais da igreja, inclusive na crise final que deu origem a Igreja Presbiteriana Independente Renovada.

A crise de 1968

O confronto entre professores, autoridades eclesiásticas e jovens seminaristas, iniciado no começo dos anos 1960, levaram à demissão do Reitor e do Deão da Faculdade de Teologia, em 1966. Porém, afirma Campos que “a crise maior estava por vir e chegaria no bojo da crise estudantil dos anos 1967/68, quando, em junho de 68, os estudantes se recusaram a prestar exames no meio de ano” (CAMPOS, 2005, p. 18). Por conta disso, todos os alunos foram expulsos e o Seminário ficou fechado por 45 dias. As aulas só retornaram em agosto, após o corpo discente ter sido depurado pela diretoria e por seus concílios de origem. Campos explica que o fechamento do Seminário se deu em represália às reuniões do Centro Acadêmico Eduardo Carlos Pereira que, durante os meses de abril, maio e junho, culminaram com uma crítica pormenorizada de cada disciplina e professor, propondo reuniões e reformas. No culto especial realizado no dia 21 de abril de 1968, aniversário do Seminário, nas dependências da Primeira Igreja, o presidente da Fundação que dirigia a Faculdade de Teologia, Célio de Melo Almada, um juiz aposentado, fez um discurso que agitou ainda mais os ânimos dos alunos:

Muitos de nossos jovens e dentre eles muitos dos próprios seminaristas estão contaminados desta esperança vã, que o Estado resolva todos os problemas sociais e que a igreja desça de sua dignidade, para empunhar a bandeira das reformas políticas e sociais (...). [Também acrescentava o ilustre Presidente, numa palavra à IPI]: “não estamos abandonando moral e materialmente uma instituição tão cara ao nosso passado”? Que Igreja é esta que não cuida da educação condigna dos vocacionados para o Santo ministério? (CAMPOS, 2005, p. 19)

Se de um lado havia o “fogo amigo” vindo de dentro da igreja, havia, por outro lado, as influências que os alunos traziam de ambientes estranhos ao Seminário, principalmente do meio acadêmico. Campos justifica que as atitudes dos seminaristas “expressavam o espírito da época, visto que alguns deles participavam do movimento estudantil universitário, com suas passeatas e assembléias, eventos liderados pela

UNE (União Nacional de Estudantes) ou outras entidades congêneres” (CAMPOS, 2005, p. 19). Soma-se a isso o fato de vários seminaristas serem alunos da USP (Universidade de São Paulo), onde faziam cursos nas áreas de Humanas ou de Letras. O fechamento do Seminário e a expulsão dos alunos se deu quando estes decidiram não se submeter às provas no final do semestre. De acordo com Campos, “os alunos temiam que um massacre iria acontecer nas provas”, já que havia professor dizendo que era a hora de dos alunos saberem “quem era quem no Seminário”. (CAMPOS, 2005, p. 20). Então os alunos encaminharam uma declaração à Congregação em que, depois de lamentarem o clima de “desconfiança e suspeita”, declaravam-se em estado de rebeldia em um documento assinado pelo presidente do Centro Acadêmico em 16 de junho de 1968:

Para os alunos, num clima dessa natureza, inexistem condições de preparar-se e apresentar-se aos exames já marcados (...) são obrigados, pesarosamente, a comunicar-lhes que não comparecerão aos exames do mês de junho e que aguardarão o restabelecimento de clima favorável à normalização do ambiente para o prosseguimento do curso e a abertura do diálogo sério, que vem sendo solicitado, e que já teria solucionado o problema (CAMPOS, 2005, p. 20).

Essa era a peça que faltava, de acordo com Campos, para a reação fulminante da Congregação que, dois dias após, publicou uma “Comunicação” seguida de cinco considerandos, redigidos após um pequeno histórico da situação, contendo uma deliberação “firme e necessária”, na visão das autoridades eclesiásticas, mas “violenta e pouco cristã”, do ponto de vista dos alunos:

Considerando que a última atitude assumida pelos alunos desta Faculdade, ao assinarem um documento no qual declaram que não comparecerão às provas parciais de junho, já devidamente marcadas, caracteriza a rebelião; que essa atitude é agravada pelas manifestações antecedentes, através de outros documentos, bem como pela imposição para o prosseguimento do curso; que, em um Seminário Evangélico, é inadmissível tal atitude, reprovável ate em escolas secundares (...) que qualquer orientação e deliberação sobre as atividades escolares desta Faculdade são de alçada exclusivamente da Congregação, nos termos do Regimento Interno, não cabendo ao corpo discente ditar normas de conduta, nem impor condições; delibera excluir todos os alunos que assinaram a mencionada declaração, nos termos do artigo 53, inciso IV, do Regimento Interno. A presente deliberação não elide a possibilidade de reexame de casos particulares, a critério desta Congregação, mediante entendimento com os concílios da IPIB. As atividades escolares continuarão normalmente, com o prosseguimento dos exames, aos quais poderão comparecer os alunos que não assinaram o referido documento. Os alunos ora excluídos deverão desocupar seus alojamentos até o último dia do corrente mês.a) Rubens Cintra Damião, pela Congregação (CAMPOS, 2005, p. 21)

Campos analisa que as atitudes e atos dos alunos foram identificados como “rebeldia” tal como eram consideradas todas as atitudes dos estudantes universitários do mundo todo, naquele ano de 1968. Outro detalhe que aponta é o fato de não terem ficado alunos para que a Faculdade de Teologia seguisse funcionando: “Somente um aluno, candidato ao ministério da Igreja Presbiteriana do Brasil não quis assinar o

documento, alegando que isso era um problema interno da IPI, no qual ele preferia não se envolver” (CAMPOS, 2005, p. 21). A tal atitude “reprovável” e “inadmissível” talvez fosse atribuída aos estudantes que participavam de passeatas estudantis, ou ao presidente do Centro Acadêmico, Guilherme Breder, um engenheiro agrônomo que fora um ativista de grupos que, ideologicamente, davam apoio ao então deputado federal Leonel Brizola, e que se apresentava regularmente ao DOPS: “Por ter levado um grupo de lavradores para participar do último comício feito por João Goulart, antes do golpe de 1964, foi processado no Rio de Janeiro e regularmente tinha de comparecer à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo para assinar um livro, por determinação de um juiz que o condenou no Rio de Janeiro” (CAMPOS, 2005, p. 22). No final do mês de julho, houve uma assembléia de todos os alunos, numa sala de aulas de uma escola estadual nas proximidades do Seminário, quando então se decidiu pela volta de todos os que pudessem e fossem aceitos, continuando assim a luta estudantil ali dentro pela melhora das condições acadêmicas. Campos informa que o presidente do Centro Acadêmico e o representante dos alunos junto à Congregação, Gezer de Camargo, não foram mais aceitos para continuarem seus estudos (CAMPOS, 2005, p. 25).

O jornal oficial da Igreja, *O Estandarte*, na edição de julho publicou o “Manifesto da Faculdade de Teologia”. Na introdução ao documento assinado pelos professores, o próprio jornal apresentou uma manifestação oficial, em um editorial, onde se registrou o seguinte:

Os dias que atravessamos se caracterizam pelo espírito de rebeldia, principalmente por parte da juventude estudantil (...) cremos que a nossa juventude, idealista e inexperiente, está sendo usada, na verdade, por líderes esquerdistas, que se aproveitam do entusiasmo dos jovens e das falhas realmente existentes nas organizações atacadas, para difundirem suas idéias revolucionárias (...) (CAMPOS, 2005, p. 25).

A seguir, o articulista, citava, para apoiar o seu argumento, um discurso de 26 de junho de 1968, do presidente Costa e Silva: “A mocidade brasileira está servindo de biombo para homens sem escrúpulos”. A partir desta citação, segundo Campos, o articulista seguia criticando expressões dos alunos do Seminário por quererem um “clima de universidade”, com “livre ventilação de idéias”, sem “o policiamento intelectual” das autoridades da igreja, justamente em um Seminário Teológico, local destinado ao preparo de pastores para o exercício do ministério na IPI do Brasil (CAMPOS, 2005, p. 26). No final daquele ano, os alunos do último ano planejaram a formatura e convidaram inclusive o paraninfo, porém, a solenidade foi cancelada pela direção da

Faculdade. Campos observa que “desde 1905, talvez aquele tenha sido um dos poucos anos, quem sabe o único, em que não houve formatura na Faculdade de Teologia da IPI do Brasil” (CAMPOS, 2005, p. 26). Já vigorava no Brasil, desde o dia 13 de dezembro, o Ato Institucional nº. 5, o qual institucionalizou a ditadura militar no País.

A crise de 1972

Quatro anos depois dos eventos e desdobramentos da crise de 1968, reapareceram os problemas causadores da crise anterior. Mas, segundo Campos, havia outras dificuldades que afligiam a igreja: “O maior problema da IPI do Brasil, como denominação naquele momento, era a crise provocada pela renovação espiritual, que deu origem, em 1972, à Igreja Presbiteriana Independente Renovada, que depois se uniu a grupos dissidentes da IPB, da Igreja Cristã Presbiteriana e deu origem a Igreja Presbiteriana Renovada” (CAMPOS, 2005, p. 28).

Segundo Campos buscava-se colocar “ordem na casa”, com um anseio por disciplina, responsabilizando os chamados “avivados” pela desordem interna. No Seminário de São Paulo as feridas que ainda não haviam cicatrizado, novamente foram abertas em 1972 quando os alunos foram suspensos por 15 dias. Na época cartas anônimas circulavam por todas as igrejas da denominação no Brasil, denunciando o “abandono administrativo e docente do Seminário por parte das autoridades da igreja” (CAMPOS, 2005, p. 29). Os alunos estavam rebelados também pelo atraso dos salários de professores e funcionários do Seminário, uma vez que a Igreja nacional estava em crise, responsabilizada pelo chamado “milagre econômico”. Os alunos, então, apelaram ao presidente nacional da Igreja, dirigindo-lhe um documento pedindo providências. Entretanto, Campos revela que o documento foi remetido de volta ao Reitor do Seminário com a seguinte observação: “Esses alunos são desobedientes e estão contra a ordem legal de nossa igreja, são subversivos, portanto, e como tal devem ser tratados” (CAMPOS, 2005, p. 30). Não havia possibilidade de diálogo. Buscando amplificar a denúncia sobre as precariedades do sistema educacional e funcional da Faculdade de Teologia, os alunos “violaram” o quadro de avisos do Seminário, que era protegido por um vidro e cadeado. Lá colocaram uma carta anônima, na verdade uma séria denúncia contra o tal estado de coisas. Inclusive, lembra Campos, “jogaram a chave fora” (CAMPOS, 2005, p. 30). A reação da Congregação foi imediata: 18 alunos suspensos e outros seis convocados para darem explicações. No final, os alunos se recusaram a assinar um documento elaborado pela

Congregação que continha os seguintes termos: “Não concordo com a atitude tomada por alguns alunos desta Faculdade, que afixaram um documento anônimo no quadro oficial de avisos deste Seminário”. Campos destaca que “independentemente da legalidade ou não da violação do quadro de avisos, todos os alunos concordavam em gênero, número e grau com o conteúdo da denúncia exposta publicamente naquele momento” (CAMPOS, 2005, p.31). Alguns dias depois da suspensão, os alunos pediram reconsideração para a Congregação, insistindo que “não estamos nos recusando a aceitar a decisão da Congregação nos suspendendo, à qual nos submetemos humildemente, mas recusamos a interpretação dada às nossas declarações”. Esse documento jamais foi respondido pela Congregação e o livro de atas desse período desapareceu, voltando a aparecer anos mais tarde, aparentemente em outro livro, omitindo todo o registro desse período de conflitos (CAMPOS, 2005, p. 31).

IV – Conclusão

Os estudos da participação dos protestantes nos movimentos de esquerda no Brasil ainda são raros e, especificamente, centrados em suas denominações. O caso do Seminário Teológico de São Paulo é um testemunho de que houve sim uma série de ações contestadoras e de aproximação com as idéias sociais preconizadas pela Teologia da Libertação, em pleno momento em que os evangélicos eram considerados árdios defensores do regime militar. Um dos alunos expulsos do Seminário na crise de 1968, Leontino Farias dos Santos, lutou com todas as forças e recursos para ser admitido novamente, embora seu retorno fosse indesejado pela Congregação. Anos mais tarde, o Rev. Leontino tornou-se presidente da Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, cabendo a ele dirigir a igreja no período de 1999 a 2003. Como todos os estudantes daquele período da história do país, os seminaristas também deram sua contribuição para que o debate ideológico surgisse e para que a Igreja não ficasse de toda alienada e subserviente do regime ditatorial.

Fonte

CAMPOS, Leonildo S. **O Seminário Teológico de São Paulo: notas históricas.** *In* Caderno de O Estandarte. Centenário da Educação Teológica. São Paulo: Editora Pendão Real, 2005.

Bibliografia

ALVES, Rubem, **Protestantismo e repressão.** São Paulo: Ática, 1979.

CAMPOS, Leonildo S. **Os políticos de Cristo e o campo religioso brasileiro.** Apresentação ao XXVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG: 2002.

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1964-1984).** São Paulo: Difel, 1984.

DIAS, Reginaldo B. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná.** Maringá: Eduem, 2003.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e democracia no Brasil.** Lusotopie, Bourdeaux: 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo: Ática, 1987.

IPIB, Portal da. **História da IPIB.** *In* <<http://www.ipib.org.br/historia/começo.htm>> acesso em 17 dez. 2005.

LEONARDOS, A. M. **O protestantismo brasileiro: três momentos de análise acadêmica.** Comunicações do ISER nº. 24, p. 15-24. Rio de Janeiro, 1987.

MATOS, Alderi S. **História da Igreja Presbiteriana do Brasil.** *In* <<http://apib.org/historyIPB.htm>> acesso em 16 dez. 2005

RANGER, T. **Conference Summary and Conclusion.** *In* GIFFORD, P., ed. The Christian Churches and the Democratization of Africa. Leiden: E.J. Brill: 1995.

WILLEMS, E. **Followers of the New Faith.** Nashville: Vanderbilt University Press: 1967.